

ANTÔNIO CARLOS NACIF PROCÓPIO

ECONOMIA BRASILEIRA: UM POSSÍVEL CASO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas, Setor Ciências Aplicadas da Universidade Federal do Paraná como parte dos requisitos para graduação.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Maciel de Paula

CURITIBA

2012

TERMO DE APROVAÇÃO

ANTÔNIO CARLOS NACIF PROCÓPIO

ECONOMIA BRASILEIRA: UM POSSÍVEL CASO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel no Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Aplicadas da UFPR pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



Prof. Dr. Nilson Maciel de Paula
Setor de Ciências Sociais, UFPR.

Membro:



Prof. Dr. Fábio Dória Scatolin
Setor de Ciências Sociais, UFPR

Membro:



Prof. Dr. Walter Tadahiro Shima
Setor de Ciências Sociais, UFPR

Curitiba, _____ de _____ de 2012.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, ao meu pai e a minha irmã pelo apoio incondicional, a minha namorada pela paciência e apoio, aos professores pelo conhecimento e aos amigos de graduação pelos bons momentos que passamos juntos, em especial Gustavo Stein, Guilherme Palosqui e Erick Aguilar.

RESUMO

O tema desindustrialização vem sendo muito debatido no Brasil nos últimos anos, e, em consequência disto, um grande número de trabalho vem surgindo a respeito da ocorrência ou não de tal processo no país. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar um possível processo de desindustrialização no Brasil, através da interpretação dos conceitos e teorias vigentes sobre o tema e da análise empírica dos dados da participação dos setores da economia no PIB brasileiro e dados de empregos. O trabalho ainda explora a Doença Holandesa como uma possível causa para a existência deste processo. Conforme se verifica nos dados analisados, a partir da segunda metade da década de 1980 até os anos 2000, houve uma queda de participação da indústria de transformação no PIB e uma redução no número de trabalhadores deste setor. Portanto, segundo os conceitos estudados neste trabalho, houve um processo de desindustrialização da economia brasileira.

Palavras-chave: Desindustrialização, Doença holandesa, desenvolvimento, crescimento econômico.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - RENDA NACIONAL BRUTA PER CAPITA EM DÓLARES PPC.....	14
GRÁFICO 2 - COMPOSIÇÃO DA PAUTA BRASILEIRA DE EXPORTAÇÕES: COMMODITIES X PRODUTOS DIFERENCIADOS – ANO 1996-2005 (EM %)	19
GRÁFICO 3 - COTAÇÃO MENSAL MÉDIA DO DÓLAR COMERCIAL PARA VENDA – ANO 2001-2011	20
GRÁFICO 4 - VALOR ADICIONADO AO PIB POR SETOR A PREÇOS BÁSICOS – ANO 1947-2011 (EM %)	26
GRÁFICO 5 - PERCENTUAL DE EMPREGOS	28
GRÁFICO 6 - VALOR ADICIONADO AO PIB POR SETOR A PREÇOS BÁSICOS – ANO 1947-2011 (EM %)	33

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 INDUSTRIALIZAÇÃO X DESENVOLVIMENTO	10
3 DOENÇA HOLANDESA.....	16
4 O CONCEITO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO.....	22
5 O DEBATE SOBRE A DESINDUSTRIALIZAÇÃO.....	25
5.1 PORQUE NÃO ESTÁ OCORRENDO DESINDUSTRIALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA	25
5.2 AS DIFERENTES CAUSAS DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL	31
6 CONCLUSÃO.....	36
REFERÊNCIAS	38

1 INTRODUÇÃO

A economia brasileira tem sobrevivido a uma persistente crise internacional, mantendo níveis estáveis, embora baixos, de crescimento do PIB, acompanhado de um aquecimento do mercado de trabalho e de aumento na renda. Apesar de sinais de prosperidade econômica a indústria dá sinais de uma possível perda de competitividade nos mercados globais. Entre as possíveis causas desta situação estão a valorização do Real e a forte concorrência internacional. Entretanto, enquanto a indústria enfraquece, as atividades do agronegócio e do setor de serviços se destacam cada vez mais, ampliando sua importância na geração do PIB, caracterizando um processo de desindustrialização, cuja dimensão gerou um amplo debate envolvendo pesquisadores, instituições, empresários e agentes governamentais.

O objetivo deste trabalho é investigar a estrutura produtiva brasileira, analisando, sobretudo a participação da indústria de transformação no PIB e no nível de empregos da economia, visando oferecer subsídios à polêmica acerca do debate em torno da desindustrialização. Para tanto, é feita uma revisão sobre o assunto, construindo um panorama amplo sobre o tema a partir dos mais diversos pontos de vista a respeito da desindustrialização. Além disso, este trabalho visa apresentar dados empíricos mais recentes a respeito do fenômeno, para subsidiar a análise centrada no período recente.

No primeiro capítulo, o processo de industrialização é discutido tendo em vista sua importância para o desenvolvimento dos países, a partir de duas correntes de pensamento, os desenvolvimentistas e os neoliberais. Entre os primeiros destaca-se o pensamento da CEPAL com destaque para Raul Prebisch, para quem a industrialização é a única forma de se alcançar o desenvolvimento, para o qual o Estado tem um papel crucial. Em contraposição a esta corrente de pensamento, a visão liberal, dá ênfase à livre movimentação de meios de produção e das forças de mercado, rejeitando a participação do estado na economia, como agente motriz do desenvolvimento.

O segundo capítulo apresenta o conceito de Doença Holandesa e como a mesma está vinculada, podendo inclusive, ser uma das causas do problema da

desindustrialização. A definição apresentada por Bresser-Pereira (2007) é central nesse capítulo, servindo assim de partida para a análise do tema.

No capítulo três são apresentadas as diversas conceituações para o fenômeno da desindustrialização. Para o desenvolvimento deste estudo foi adotado a definição formal do tema desenvolvida por Tregenna (2009), segundo a qual o processo de desindustrialização é caracterizado pela contração do número de trabalhadores alocados na indústria bem como pela redução da participação do setor secundário no Produto Interno Bruto do país.

No quarto capítulo é abordado o debate sobre o tema que ocorre no Brasil. São abordadas as duas principais interpretações sobre o assunto, explicitando os argumentos de cada uma delas, para fundamentar a existência, ou não, do processo de desindustrialização no Brasil.

Ao final do trabalho conclui-se através dos dados empíricos apresentados que o país sofre um processo de desindustrialização, com perda de postos de trabalho e de importância relativa do setor secundário no PIB. Evidencia-se um crescimento precoce do setor de serviços, fato característico somente em países com indústria muito desenvolvida. Adicionalmente afirma-se que o Brasil sofre com os males da Doença Holandesa em virtude do aumento do preço mundial das commodities, o que incentiva a exploração dos recursos naturais. A conclusão aponta para uma perspectiva futura pessimista para o Brasil, pois à medida que o fenômeno da globalização ganha força, e conseqüentemente o comércio se torne mais livre, o país tende a se voltar para a sua vocação econômica natural, os produtos primários. Isto irá aprofundar o problema da desindustrialização e intensificar os sintomas da Doença Holandesa no Brasil.

2 INDUSTRIALIZAÇÃO X DESENVOLVIMENTO

As estratégias adotadas através de políticas econômicas que visam o desenvolvimento de uma nação, impulsionado por um ritmo de crescimento compatível com as necessidades sociais de sua população, e por melhorias na infraestrutura, são vistas a partir de uma visão desenvolvimentista. Esta perspectiva considera crucial a ativa participação do Estado, ao mesmo tempo em que rejeita a hipótese clássica de que os mercados são sempre eficientes, pois existem informações imperfeitas e alocação imperfeita dos recursos. Preconiza-se assim que certas intervenções do Estado na economia são alavancas fundamentais para seu desempenho, tendo em vista as características do sistema de produção capitalista. Imerso neste pensamento desenvolvimentista surge em 1948 a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), criada pelo Conselho Econômico das Nações Unidas. O pensamento cepalino postula que o único caminho para o desenvolvimento, e para a superação da pobreza nos países latino-americanos, é a industrialização apoiada pelo Estado (BIELSCHOWSKY, 2000).

A teoria cepalina parte de duas premissas básicas. A primeira assume que os países latino-americanos teriam uma estrutura produtiva pouco diversificada, com um setor primário exportador, embora dinâmico, incapaz de difundir seus progressos técnicos para os demais setores da economia. A segunda é a de que existe uma tendência à deterioração dos termos de troca, com a transferência dos ganhos de produtividade do setor primário exportador para os países industrializados. Assim, ao contrário do que pregava a doutrina liberal, em prol do livre comércio e das vantagens comparativas, segundo Raul Prebisch, os efeitos negativos citados anteriormente se multiplicariam na ausência de uma indústria dinâmica e diversificada, a qual é capaz de elevar o nível de emprego e promover difusão do progresso técnico por toda a economia. Segundo Bielschowsky (2000), Prebisch se notabilizou pela defesa do sistema de substituição de importações e a criação de um mercado comum para a América Latina, o que impulsionaria a industrialização dos países desta região. Para ele o protecionismo e intervenção estatal seriam de importância estratégica para industrializar países periféricos, substituindo importações de manufaturados por produção local. Não era contrário a existência de

um setor primário forte, desde que o país não abdicasse de ampliar as condições de produzir produtos com alto valor agregado. Assim, não haveria malefício em se desfrutar da elevação temporária do preço mundial das *commodities*.

Prebisch desenvolveu sua teoria estruturalista do desenvolvimento econômico, na qual o processo de desenvolvimento implica uma mudança estrutural na composição da produção. A necessidade de industrializar, ponto fundamental de suas ideias, é parte de um estímulo generalizado à demanda, através da intervenção estatal ou do investimento externo, à medida que uma economia deixa de ser primária. “No horizonte situa-se um ponto de maturidade, com consumo de massa e uma demanda de perfil mais sofisticado, em que a população exige serviços públicos, educação, saúde, lazer” (BIELSCHOWSKY, 2000).

Além de Prebisch, Maria Conceição Tavares também defendeu o processo de substituição de importações. Tavares (1972) definiu que este processo ocorreu em duas etapas, sendo a primeira caracterizada por um “crescimento para fora”, em que os países eram primário-exportadores e apresentaram grande concentração de renda. Com sucessivas crises no comércio externo e o início da Primeira Guerra Mundial, em um segundo momento ocorreu um “crescimento para dentro” dos países, em que se tentou produzir internamente o que antes era importado, através de uma série de incentivos do Governo, como controle das importações e do câmbio. Maria Conceição Tavares salienta que a grande concentração de renda, tornou os mercados internos reduzidos, o que foi um dos fatores que impossibilitaram o sucesso pleno do modelo e conduziu a economia brasileira à estagnação.

Castro (2001), por sua vez, se posiciona de maneira contrária a Tavares, afirmando, que a concentração de renda não levou à estagnação. Pelo contrário, levou a um aumento da demanda de bens de consumo por parte da população que se beneficiou deste processo. Segundo Castro (2001), o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura brasileira contribuiu muito com o processo de industrialização da economia, através da geração de excedente de alimentos e matérias-primas, da liberação da mão de obra e da transferência de capitais.

Chang (2004), conhecido por sua heterodoxia, tenta revitalizar os conhecimentos econômicos no campo do desenvolvimento econômico, afirmando que os países desenvolvidos exigem das nações em desenvolvimento a adoção do que chama de “boas políticas e boas instituições” nas relações internacionais. As

boas políticas seriam caracterizadas por uma série de medidas macroeconômicas restritivas, liberalização comercial e financeira, privatização, e desregulamentação da economia. Já as boas instituições seriam a democracia, um poder judiciário e banco central independentes e proteção aos direitos de propriedade.

Este conjunto de medidas foi adotado nos países desenvolvidos quando do início de seu período de desenvolvimento, sendo então lógico que os países que passam por esse processo tardiamente também as adotem como melhores práticas. Entretanto, Chang (2004) afirma que os indícios históricos contradizem esta posição, pois diversas nações desenvolvidas recorreram a medidas comerciais protecionistas para impulsionarem suas indústrias infantis, e também não possuíam todas as instituições que hoje são sugeridas aos países em busca da prosperidade econômica. Assim, o único caminho para as nações alcançarem o desenvolvimento, deve ser a não adoção das políticas liberalizantes recomendadas, mas sim, uma política de desenvolvimento ativa, com o Estado investindo na infraestrutura produtiva e em setores intensivos em capital, conseguindo assim, reduzir as diferenças econômicas e sociais existentes entre os dois grupos de países.

Portanto, tendo por base as referências acima, o nível de desenvolvimento econômico e de riqueza de um país está intimamente ligado a uma estrutura produtiva industrial dinâmica, moderna e diversificada. Os países só têm sucesso econômico se contarem com uma infraestrutura física, intelectual e produtiva que garanta desenvolvimento sustentável de longo prazo. Para isso necessita-se de uma participação ativa do Estado no mercado, e eventualmente, os investimentos externos podem auxiliar o governo no desempenho desta sua função. Assim, a história e a experiência prática demonstram que as nações que exportam commodities estão em situação econômica pior do que aqueles países que exportam produtos industrializados. A qualificação da mão de obra deve ser uma condição importante e necessária para a modernização da estrutura produtiva, com vista a galgar as etapas de desenvolvimento e reestruturar o sistema econômico.

Nesse sentido a desindustrialização do Brasil pode significar um retrocesso nos índices de desenvolvimento do país, tornando-o mais pobre e mais dependente das economias desenvolvidas. Mesmo que a reversão dessa tendência implique em estratégias de proteção da indústria, podendo prejudicar as relações comerciais com o resto do mundo, existe a necessidade de agregar valor à produção, seja no setor industrial, seja no de serviços. Com a crise mundial de 2008, as teorias de Prebisch

foram recuperadas para dar ênfase à importância de um Estado mais participativo, criando as possibilidades necessárias para incentivar os investimentos estatais e privados.

Em contraposição aos desenvolvimentistas, a corrente de pensamento neoliberal, enfatiza a importância da livre movimentação das forças de mercado como meio para se atingir a máxima eficiência econômica, rejeitando a intervenção do Estado na economia. Os adeptos dessa corrente de pensamento “afirmam que indústria não é sinônimo de desenvolvimento, assim como a agricultura não é sinônimo de pobreza” (BIELSCHOWSKY, 2000). Portanto, não apoiam projetos de industrialização da economia concebidos e implementados pelo Estado. Ao mesmo tempo, reconhecem a possibilidade de crises cíclicas dos preços das commodities, as quais seriam evitadas através de certo grau de desenvolvimento industrial, tornando a produção do país mais diversificada, ajudando a se defender das alterações bruscas nos preços dos produtos primários. Entretanto, isto só deveria acontecer caso a indústria absorvesse o excedente de mão de obra da agricultura devido à melhora em sua produtividade técnica, caso contrário estaria transferindo artificialmente meios produtivos de um setor mais desenvolvido para outro menos desenvolvido. Há aqui a suposição da plena mobilidade de fatores, em particular da mão de obra, ignorando os ajustes relativos à sua qualificação e ao processo de inovação tecnológica.

Essa é a essência da visão neoliberal, cujos adeptos defendem a redução do peso do Estado produtor e a abertura da economia como condições para o crescimento econômico (PESSOA; BONELLI, 2010). Com a diversificação das exportações a economia se torna menos vulnerável às oscilações dos preços das commodities. Para isso, afirmam que é necessário reduzir a política do bem estar social, com caráter fortemente assistencialista, o que contribuiria para o aumento e fortalecimento da poupança doméstica interna, reduzindo a dependência da poupança externa para realização de investimentos. Isto atrairia menos divisas para o país, reduzindo a taxa de câmbio, e aumentando a competitividade da indústria local, aumentando a industrialização da economia (PESSOA; BONELLI, 2010). Portanto, para Pessoa e Bonelli (2010) o Brasil deve seguir o modelo asiático de crescimento, baseado em altos níveis de poupança interna, através do lema de que "o capital se faz em casa", e câmbio desvalorizado, o que pune algumas gerações para que as próximas deem um salto em termos de desenvolvimento. Isso aliado a

uma mentalidade exportadora, voltada fundamentalmente para o mercado externo, e a grandes investimentos em educação, em todos os seus níveis, foram os ingredientes importantes para a prosperidade dos países asiáticos. Este seria o modelo industrialista de desenvolvimento, porém, nada impede que o Brasil continue a crescer baseado em atividades de serviços, com exportação baseadas em produtos primários, e investimentos em setores industriais e de serviços que se destacarem.

Entretanto, conforme os dados do Banco Mundial apresentados no Gráfico 1, o modelo industrialista demonstra ser mais eficiente econômica e socialmente do que a estrutura de desenvolvimento adotada atualmente pelo Brasil. Países como Japão e Coreia do Sul apresentam uma renda bruta nacional per capita muito superiores à brasileira. A Coreia apresentava índices inferiores aos do Brasil até o início da década de 80, revertendo sua condição econômica e social a partir de um modelo de desenvolvimento capaz de gerar crescimento com distribuição de renda sem inflação ou elevar a dívida pública. Através disto a Coreia do Sul foi capaz de realizar o *catching up* em relação ao Japão, enquanto este manteve sua diferença para o Brasil.

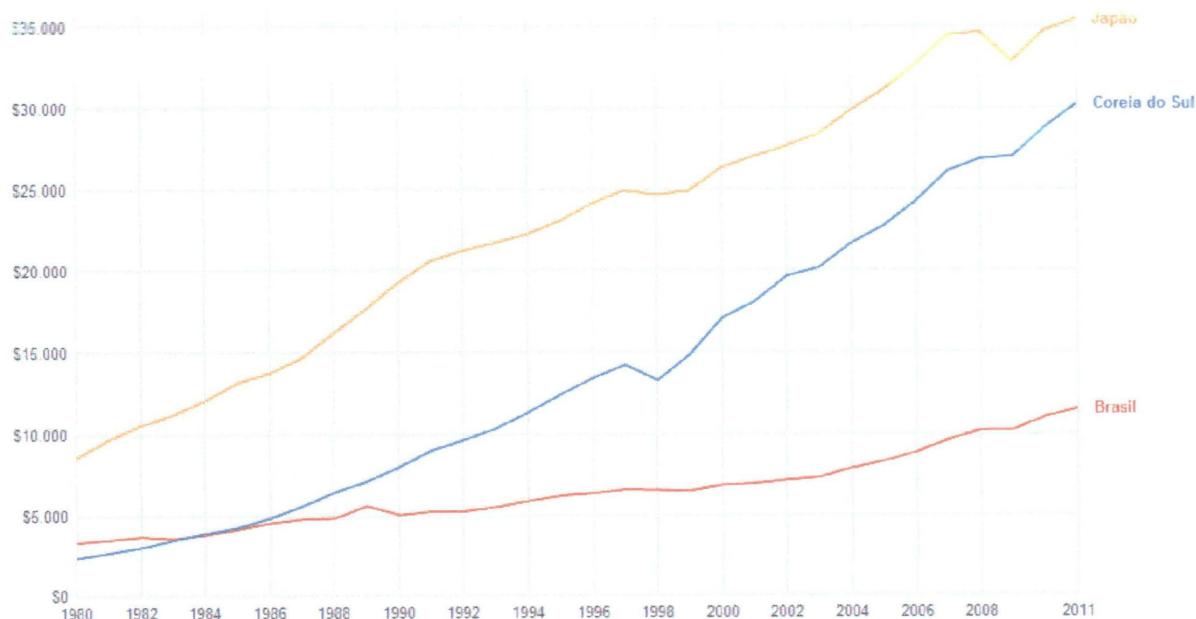


GRÁFICO 1 - RENDA NACIONAL BRUTA PER CAPITA EM DÓLARES PPC
 FONTE: BANCO MUNDIAL (2011)

Assim, fica evidente a existência de uma forte relação de dependência entre industrialização e desenvolvimento. As estratégias adotadas para o crescimento

econômico de um país passam obrigatoriamente pelo crescimento e fortalecimento do setor industrial, seja através de processos espontâneos, oriundos das forças do mercado, ou artificiais, através da intervenção do Estado, por meio de incentivos ou medidas protecionistas. A criação da CEPAL e os seus pensadores tiveram grande importância na difusão desta mentalidade industrialista, sobretudo no que tange à substituição de importações, tema defendido pelos ideais cepalinos, que deram um impulso inicial para o desenvolvimento industrial no Brasil e na América Latina. Os autores divergem algumas vezes sobre qual a melhor forma de se alcançar a industrialização da economia, mas são unânimes ao considerar o desenvolvimento da indústria nacional como principal meio de superação da pobreza e do subdesenvolvimento.

3 DOENÇA HOLANDESA

A doença holandesa, também conhecida como "a maldição dos recursos naturais", se tornou uma referência conceitual bastante útil para o tratamento das questões relativas ao desenvolvimento dos países, sobretudo os que têm enfrentado limitações em seus processos de industrialização. Esse conceito foi criado pela revista *The Economist* em 1977, a partir da análise da Holanda na década de 60, após a descoberta de uma grande reserva de gás natural no país. A volumosa exportação deste recurso gerou uma pressão sob a taxa de câmbio, o que levou à sua conseqüente valorização, prejudicando o comércio dos bens manufaturados de outros setores da economia, como da indústria têxtil e de vestuário, e ameaçando reduzir a estrutura produtiva industrial do país, até então competitiva e solidificada. A doença holandesa além de surgir da descoberta de novas reservas de recursos naturais, pode se originar também da elevação dos preços internacionais das commodities, causando os mesmos efeitos negativos sobre a economia.

Originalmente esse fenômeno foi interpretado como uma falha de mercado resultante da abundância de recursos naturais baratos, utilizados intensivamente para a geração de commodities. O verdadeiro problema decorre do grande volume de exportação desses produtos primários, o que aumenta as reservas internacionais, valorizando a moeda local. Essa valorização impede que o setor secundário de transformação seja competitivo no mercado mundial, devido à elevação dos seus preços, mesmo que estes estejam fazendo uso do estado da arte da tecnologia. Devido à abundância dos recursos naturais, os seus custos, e conseqüentemente os seus preços, são menores que os praticados no comércio internacional, o que permite que esses produtos sejam competitivos mesmo neste cenário de valorização cambial.

Para Pereira (2007) a doença holandesa afeta quase todos os países em desenvolvimento, podendo causar uma obstrução permanente da industrialização, ou impedir o nascimento de um setor industrial em nações essencialmente exploradoras de recursos naturais. A doença é um fenômeno essencialmente econômico e extremamente contraditório, pois se por um lado a abundância de recursos naturais representa uma condição competitiva de um país, e seu caminho

para o crescimento, por outro lado a abundância desses recursos pode limitar a industrialização e a diversificação do setor de manufaturados.

Segundo Pereira (2007), existem diversos níveis de intensidade do problema, e mecanismos que são capazes de neutralizá-la. Entre eles está a administração da taxa de câmbio, o que é incompatível com o regime cambial adotado pelo Brasil, de câmbio flutuante. A solução então seria a adoção do *dirty floating*, ou seja, um câmbio flutuante, porém, administrado pelo governo de acordo com seus próprios interesses. Impedir a valorização cambial através de sua administração pode ser alcançado através da redução dos juros internos ou de um maior controle da entrada de capitais no país, o que diminui a ocorrência de investimentos indiretos na economia e mesmo de capitais especulativos, contraindo a valorização da moeda. Outros mecanismos utilizados neste controle são a adoção de impostos sobre a exportação de commodities e a criação de um fundo soberano, que serviria como destino para os recursos oriundos do comércio destes bens. A tributação elevaria o custo dos produtos primários, reduzindo a oferta dos mesmos, e conseqüentemente a sua influencia negativa sobre a economia. Para uma maior eficácia dos impostos, os recursos oriundos desta medida devem ser aplicados no desenvolvimento do setor secundário manufatureiro do país. O fundo soberano por sua vez, teria a função de impedir a entrada dos dólares oriundos da comercialização das commodities na economia, os mesmos seriam mantidos fora do país contendo a valorização da moeda nacional, principal causa da doença holandesa. Os recursos depositados no fundo podem eventualmente ser utilizados para equilibrar a balança comercial, evitando crises no balanço de pagamentos do país.

A implementação de tais medidas de contenção podem parecer simples, mas não o são. (PEREIRA, 2007). As dificuldades se devem principalmente à resistência imposta pelos produtores de produtos primários, que em muitos casos gozam de grande influência no cenário político nacional. Entretanto, tal atitude se mostra extremamente irracional, uma vez que o produtor recuperaria o capital gasto em imposto com os ganhos em moeda local, provenientes da desvalorização da taxa de câmbio. Outro ponto importante é a falta de força política para implementar tais medidas e garantir que o capital oriundo desta taxa não entre no país, ficando retido nos fundos soberanos. Nos países em desenvolvimento este recurso acaba sendo utilizado para ajustes fiscais internos.

Por outro lado, o fenômeno da doença holandesa é visto com restrições. Segundo José Alexandre Scheinkman, professor de economia da Universidade de Princeton (EUA), o problema nem ao menos existiu na Holanda na década de 60, como se vê em seu artigo publicado pelo jornal Folha de São Paulo em 12 de fevereiro de 2006:

O desempenho da indústria holandesa nas décadas de 70 e 80 não foi muito diferente daquele da Alemanha ou da França, parceiros comerciais que compartilhavam muitas das outras características da Holanda, mas que não se beneficiaram de descobertas de recursos naturais. Na realidade, na literatura econômica encontram-se muitos exemplos de candidatos à doença holandesa, mas raros casos em que o paciente pegou a moléstia (FOLHA DE SÃO PAULO, 12/02/2006)

Para ele não seria a doença holandesa, mas outros “males nacionais”, como a ausência de uma política de ciência e tecnologia adequada, a deterioração da infraestrutura ou os altos impostos os responsáveis por um eventual processo de desindustrialização. Ainda nesta linha, o estudo divulgado pelo Icone (2006) conclui que realmente existiu uma elevação na exportação de commodities, entretanto, setores de média e alta tecnologia também apresentaram forte desenvolvimento, além de surpreendente dinamismo exportador. Além disso, “a ideia de que haveria um processo de desindustrialização em curso é contestada pelos superávits da balança comercial nos produtos não-commoditizados a partir de 2002, pela recuperação do emprego industrial a partir do segundo semestre de 2004 e pela ideia simplista de que produzir commodities não seria também uma atividade industrial”. Estas afirmações podem ser observadas no gráfico 2, onde demonstra que a exportação de produtos diferenciados, ou manufaturados, se mantém superior a exportação de *commodities*, apesar de seu aumento constante.

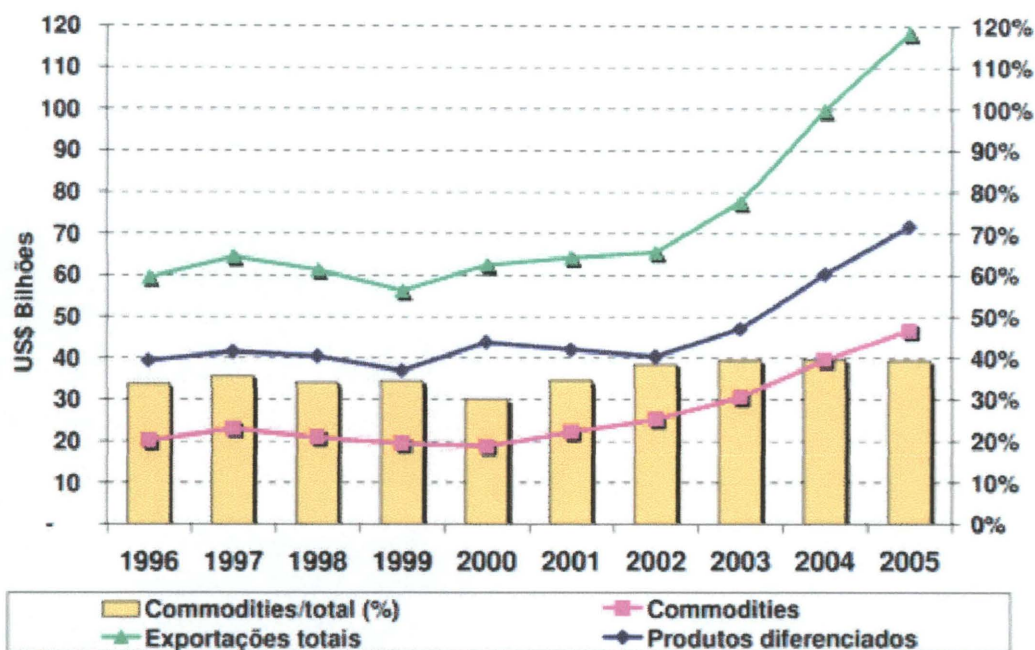


GRÁFICO 2 - COMPOSIÇÃO DA PAUTA BRASILEIRA DE EXPORTAÇÕES: COMMODITIES X PRODUTOS DIFERENCIADOS – ANO 1996-2005 (%)
 FONTE: ICONE (2006)

Entretanto o estudo não descarta a hipótese de que uma nova e duradoura onda de elevação dos preços das commodities cause de fato a doença holandesa no país, em detrimento das exportações dos demais setores da economia, o que para o estudo ainda não ocorreu. Caso este cenário de valorização da moeda se torne realidade, o Icone (2006) recomenda como mecanismos de contenção a redução dos gastos do governo e a redução das taxas reais de juros, evitando a entrada de capitais especulativos.

O Brasil apresenta os seguintes "sintomas" para ser diagnosticado com a Doença Holandesa: o primeiro e mais significativo indício é a valorização do câmbio devido ao aumento das exportações. Conforme podemos observar no gráfico 3, a cotação média do Dólar comercial na última década chegou a patamares próximos aos R\$4,00, o que tira toda a competitividade dos produtos produzidos internamente.

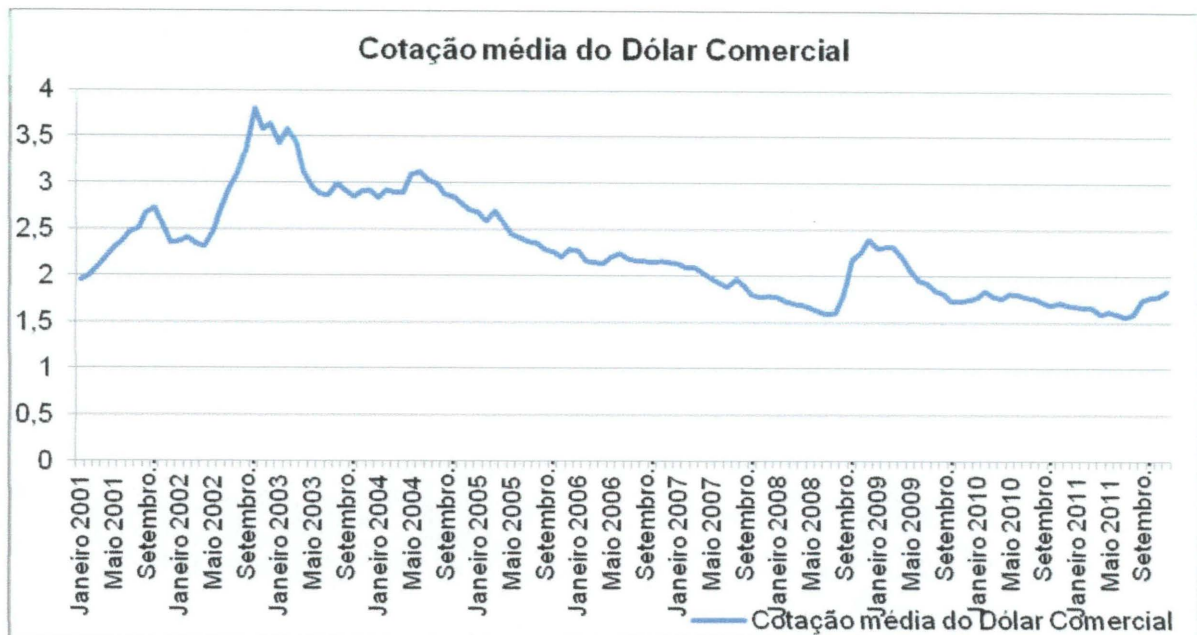


GRÁFICO 3 - COTAÇÃO MENSAL MÉDIA DO DÓLAR COMERCIAL PARA VENDA – ANO 2001-2011

FONTE: IBOVESPA (2011)

O segundo ponto é que a balança comercial da exportação dos produtos que causam tal mal vem crescendo desde 1922, enquanto os produtos industrializados vêm sofrendo retração no mesmo período. Além disso, nos últimos anos os preços das commodities se elevaram, caracterizando assim, com estes três fatores em conjunto, um cenário de doença holandesa no Brasil. E este "mal dos recursos naturais" está causando, ou pelo menos, auxiliando o processo de desindustrialização da economia brasileira. Conclui-se, portanto, que o desenvolvimento econômico só é possível se o país contar com uma taxa de câmbio competitiva que estimule as suas exportações e os seus investimentos, possibilitando o desenvolvimento da indústria manufatureira. Contrariando a teoria econômica de que os países em desenvolvimento deveriam ser aptos a realizar o catching up dos países desenvolvidos, por contarem com uma mão de obra mais barata, entre outros fatores, isto não ocorre. Grande parte deste problema se deve à existência da doença holandesa e sua influência sobre a taxa de câmbio, a qual, para Pereira (2007), é uma variável estratégica para a industrialização e para o desenvolvimento econômico. Assim, a doença holandesa, através de seus efeitos perversos no câmbio, acaba por ser um agente deflagrador, ou mesmo acelerador, do processo de desindustrialização da economia, sucateando as estruturas

produtivas do país e comprometendo a competitividade dos produtos manufaturados.

4 O CONCEITO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

O processo de desindustrialização tem sido tema recorrente nas discussões políticas, econômicas e acadêmicas no período recente. A definição formal de desindustrialização não é única, tendo diversos autores se dedicado à tarefa de caracterizar o fenômeno a partir de, uma ampla gama de conceitos e definições para o mesmo tema.

Clark (1957) afirma que os países desenvolvidos apresentam naturalmente uma tendência à desindustrialização, sem que este processo, no entanto, afete o crescimento econômico ou o bem estar destas nações no longo prazo. Segundo o autor, países não desenvolvidos e com baixa renda per capita apresentam grande participação do setor primário no PIB, situação esta que se altera com o desenvolvimento econômico e aumento da renda. Neste novo cenário, os setores secundários e terciários ganham importância na determinação da renda e do emprego, e com a continuidade do desenvolvimento econômico, a renda per capita atinge níveis mais elevados e o setor de serviços assume papel central na economia, reduzindo a importância e a participação dos demais setores do país nos indicadores econômicos. Assim, para Clark (1957), a desindustrialização é um processo concomitante e natural ao desenvolvimento econômico, em que a indústria perde participação relativa na determinação da renda e do emprego na economia.

Rowthorn e Wells (1987) definem a desindustrialização como um fenômeno de redução da participação do setor secundário no nível de emprego da economia comparado aos demais setores, sobretudo, o setor terciário. A explicação para isto, principalmente nos países desenvolvidos, é uma produtividade menor do setor de serviços quando comparado ao setor manufatureiro, o que faz com que o primeiro necessite de um contingente maior de trabalhadores que o último, que apresenta alta produtividade do trabalho.

A definição desenvolvida por Rowthorn e Ramaswamy (1999), é considerada como o conceito "clássico" de desindustrialização, seguindo a linha de pensamento desenvolvida anteriormente, ao afirmarem que a desindustrialização nos países desenvolvidos não era necessariamente algo ruim ou prejudicial, mas sim, consequência do processo de desenvolvimento econômico vivido por eles. Os

autores mantiveram a ideia referente à causa do processo, devido a diferenças de produtividade entre os setores, acrescentando um importante fator à discussão, a inovação tecnológica. Para os autores, o setor manufatureiro é pródigo e intensivo em avanços tecnológicos, os quais na maioria das vezes se mostram poupadores de mão de obra, tornando o processo de desindustrialização, redução relativa do emprego no setor secundário, uma consequência do progresso técnico.

Além disto, os autores ainda apontam outras quatro possíveis causas para a desindustrialização: realocação da mão de obra do setor secundário para o terciário, redução da elasticidade de demanda por bens industriais, especialização na produção de bens sofisticados e complexos reduzindo o espaço para trabalhadores não qualificados e uma alteração na divisão internacional do trabalho onde as economias mais desenvolvidas se especializam no setor de serviços.

Palma (2005) limita quatro importantes fatores desencadeadores do processo de desindustrialização, sendo o primeiro a relação entre emprego industrial e renda per capita, a partir do qual, um elevado nível de renda desencadeia um processo de desindustrialização. Este fator é conhecido como um “U invertido”, ou seja, conforme se eleva a renda per capita, o percentual de emprego no segundo setor da economia também se eleva, depois se estabiliza e posteriormente cai. O segundo é a deterioração da relação emprego industrial x renda per capita em países desenvolvidos causada por: avanços tecnológicos, transferência dos processos produtivos intensos em mão de obra para países em desenvolvimento e por políticas econômicas deflacionárias que inibem o crescimento econômico. A terceira fonte é a redução da renda per capita. O quarto e último fator é a “Doença Holandesa”, através do qual, países desenvolvidos, ou em desenvolvimento, aumentam as exportações de produtos primários devido à abundância de recursos naturais, resultando numa redução da participação da indústria no emprego e no valor adicionado devido à sobrevalorização cambial causada por constantes superávits comerciais. Essa valorização artificial do cambio tira a competitividade da indústria nacional e déficits comerciais crescentes do setor industrial. Por sua vez, Pereira (2005) chama atenção para o fenômeno da desindustrialização causada pela “Doença Holandesa”, em função do qual propõe intervenção do governo no controle do câmbio e forte taxaço sobre os produtos naturais abundantes do país.

O conceito de desindustrialização desenvolvido por Tregenna (2009) pode ser considerado mais amplo do que o “clássico”, pois afirma que a

desindustrialização é caracterizada não somente pela contração do número dos empregos industriais, mas também, pela redução do valor adicionado da indústria, proporcionalmente ao emprego total da economia e ao PIB, nesta ordem. Como consequência direta desta definição, uma simples expansão da atividade industrial não pode ser entendida como um sinal da ausência do processo de desindustrialização na economia. E é esta definição do processo de desindustrialização que será adotada como base para o desenvolvimento deste trabalho, analisando os dados empíricos da indústria pela ótica do emprego e da participação no PIB, uma vez que oferecem uma sustentação mais sólida para esta interpretação teórica. Isto se torna importante, uma vez que com o desenvolvimento tecnológico um país pode passar a demandar menos fator trabalho na produção de bens manufaturados, porém mesmo assim ampliar a participação da indústria no PIB. Se este fato fosse analisado somente pela ótica do nível de mão de obra empregada na produção, poderíamos erroneamente ser levados a crer que o país enfrenta um problema de desindustrialização, quando na verdade a indústria está ampliando a sua participação econômica na pauta produtiva da nação.

5 O DEBATE SOBRE A DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Não existe um consenso com relação à existência ou não de um processo de desindustrialização no Brasil. Ao longo dos últimos anos, duas correntes de pensamentos opostas destacaram na interpretação desse fenômeno. De um lado o grupo dos economistas ortodoxos nega a ocorrência deste processo, acreditando que graças a uma taxa de câmbio valorizada e à abertura comercial vivida pelo país nas últimas décadas, o parque industrial brasileiro pôde se modernizar através da importação de maquinário mais avançados tecnologicamente, o que permitiu uma modernização das indústrias e alteração de sua estrutura produtiva. Neste grupo destacam-se André Nassif, Alexandre Schwartzman, a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS) e o Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE, 2006).

Na contramão deste pensamento estão os economistas desenvolvimentistas, com viés Keynesiano, os quais são contundentes ao afirmar que o Brasil vem sofrendo um processo de desindustrialização desde a década de 80. Essa interpretação tem sido construída a partir da abertura financeira e câmbio elevado, o que vem levando a uma perda sistêmica de importância do setor industrial nos níveis de emprego do país e no valor adicionado na economia. Entre aqueles que enfatizam a ocorrência da desindustrialização no Brasil destacam-se José Gabriel Palma, Luis Carlos Bresser Pereira, Carmen Feijó, Fábio Dória Scatolin e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI, 2005).

5.1 PORQUE NÃO ESTÁ OCORRENDO DESINDUSTRIALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Segundo Nassif (2006) a abertura comercial pode provocar ganhos na produtividade do trabalho, vista como razão entre o valor agregado e número de pessoas envolvidas, no longo prazo, e na estrutura de especialização da indústria. Tendo como base os dados relativos ao período de 1984 a 2005, a indústria

brasileira teria vivido dois momentos distintos nesse espaço de tempo. A década de 80 foi marcada por uma grande redução da produtividade do trabalho, até os anos 90, mais precisamente na segunda metade da década, quando a economia começa a dar sinais de mudança e se recupera. O autor salienta que a retomada da produtividade foi seguida por uma redução nas taxas de investimento, o que pode eventualmente, ter contribuído para a redução da indústria no PIB brasileiro.

Já com relação à alteração da estrutura produtiva do Brasil, Nassif (2006) inicia sua análise do processo de industrialização brasileiro desde seus primórdios, nos anos 30. Entre 1950 e 1980, ocorre uma consolidação da indústria nascente através de um acentuado aumento da participação da indústria no produto agregado nacional, reduzindo assim, a participação da agropecuária, carro chefe da economia à época. Até 1985 nota-se certa estabilidade nos índices, seguida de uma perda contínua de espaço para o setor de serviços, num processo, segundo o autor, associado ao descontrole da inflação e uma estagnação da economia. Este cenário é percebido até o início da década de 90, quando então a participação da indústria passa a ser estável, e em 2004 apresenta um leve aumento nos números analisados. Os argumentos apresentados acima por Nassif (2006) podem ser comprovados no gráfico 4, em que de acordo com a série histórica do IBGE, de fato, a participação da indústria no PIB brasileiro supera a contribuição da agricultura no início da década de 50.

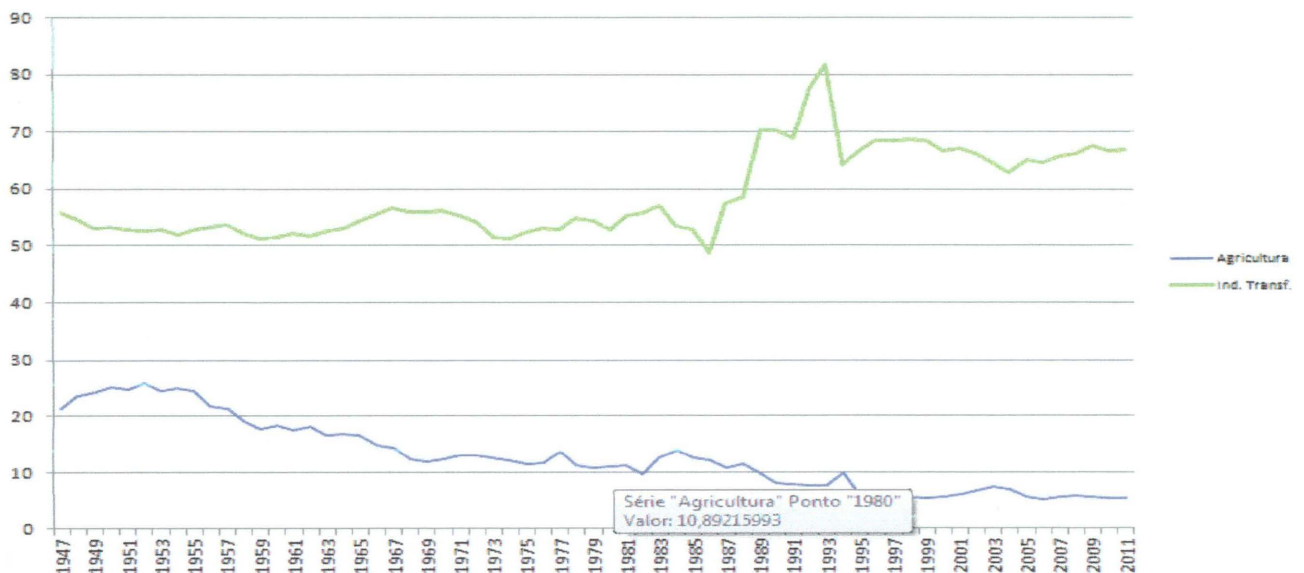


GRÁFICO 4 - VALOR ADICIONADO AO PIB POR SETOR A PREÇOS BÁSICOS – ANO 1947-2011 (EM %)
 FONTE: IBGE (2011)

Assim, evidências não apontam para um claro aumento da concorrência dos produtos manufaturados nacionais perante os importados ou de uma realocação dos recursos produtivos para indústrias baseadas em recursos naturais. Tendo por base a estrutura de investimentos da indústria brasileira Nassif (2006) é veemente ao afirmar que não existe uma evidencia concreta e definitiva de que tal processo não prejudica a economia brasileira. Mais ainda, afirma que, a liberalização comercial não provocou uma reprimarização da pauta de exportações brasileiras, sem caracterizar uma manifestação de "doença holandesa" no Brasil.

Alexandre Schwartzman, economista-chefe do ABN Amro para a América Latina e ex-diretor do Banco Central do Brasil (BC), é defensor do sistema cambial flutuante e forte crítico do pensamento "desenvolvimentista". Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo de 28 de fevereiro de 2008, afirma categoricamente que o Brasil não está se desindustrializando, muito pelo contrário, que a indústria vem se desenvolvendo. Para tanto ele se baseia em números da produção de curto prazo e na tendência de longo prazo, os quais revelam que entre 1999 e 2003 a média de crescimento da indústria foi de 2,6%, enquanto entre 2004 e 2007 esta média subiu para 4,9%. Já com relação ao investimento, o economista observa que a produção de bens de capital para uso industrial foi um dos setores com melhor desempenho no ano de 2007, tendo crescido algo em torno de 17%.

Para Schwartzman (2008) os setores que lideraram o crescimento da produção industrial no país são aqueles de intensidade tecnológica média ou alta, e, portanto, não estão relacionados diretamente às commodities. Entre os setores que mais cresceram em 2007 merecem destaque os de máquinas e equipamentos, veículos automotores, máquinas de escritório e equipamentos de informática. Fato este que contrasta com os de menor crescimento, que estão relacionados ao setor primário produtor de commodities do fumo e da madeira. Dentre os que apresentaram retração e apresentam um caráter fortemente industrial está o setor de calçados, mas este tem por natureza um baixo teor tecnológico empregado em sua produção.

Schwartzman (2008) afirma que a valorização do real não é a responsável pela redução da competitividade da indústria nacional, pois o Brasil ainda apresenta uma economia pouco aberta ao comércio mundial, com as importações

representando algo em torno de 12% do PIB do país. Além disso, o câmbio valorizado barateia os bens de capital importados o que estimula os empresários a investir. Assim, em sua visão, não existe um processo de desindustrialização, mas sim uma maior exposição de certos setores industriais à concorrência internacional, resultando numa participação estável da indústria num patamar razoável, o que já era esperado, pois à medida que a economia do país se torna mais sofisticada, cresce a demanda por serviços.

A Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS, 2006), por sua vez, associa o conceito de desindustrialização à redução do emprego industrial. Todavia, desde o início dos anos 90 os níveis de emprego na indústria não estão reduzindo continuamente com o passar dos anos. Além disso, a partir de 1998, é possível notar certa estabilidade na relação entre o número de empregos total e o número de empregos industriais, a qual permite afirmar que o Brasil não está se desindustrializando. Entretanto, o gráfico 5, de acordo com os dados da RAIS, se opõem as conclusões deste estudo, demonstrando uma contração contínua no número de empregos na indústria de transformação até o final dos anos 90, quando finalmente este índice se estabiliza, mas já em um patamar muito inferior aos apresentados nas duas décadas anteriores.

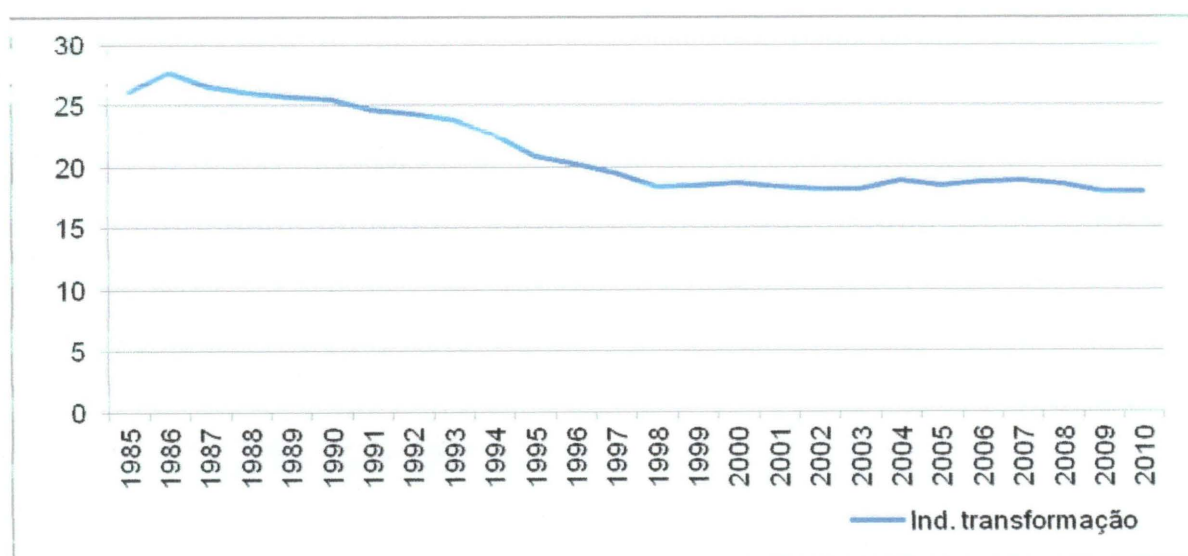


GRÁFICO 5 - PERCENTUAL DE EMPREGOS
FONTE: RAIS (2011)

Sob o aspecto de participação relativa da indústria na economia do país, a FIERGS (2006) afirma que a mesma vem aumentando sua fatia no PIB brasileiro,

pela análise do Valor de Transformação Industrial (VTI) sobre o Produto Interno Bruto (PIB). A grande maioria dos setores industriais tem apresentado situação estável ou de crescimento, enquanto apenas poucos setores, em caráter de exceção, tem diminuído sua participação na economia, como o setor de vestuários e produtos de metal. Assim, embasado nestes dados, a FIERGS(2006) afirma que esta dinâmica econômica vivida pelo Brasil, não pode ser caracterizada como uma situação de desindustrialização da economia.

Estudo divulgado pelo Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE, 2006), rechaça a hipótese de que o Brasil esteja sofrendo da “Doença Holandesa”, segundo a qual a entrada de divisas externas provenientes das vendas de commodities resulta numa perda de competitividade de outros produtos. Sua conclusão contesta a ocorrência de tal processo no país, afirmando que a crescente preocupação com o tema está baseada, sobretudo, em impressões e percepções, e não em dados analíticos, os quais seriam o melhor caminho para a verdadeira situação da indústria do Brasil.

Esta instituição revela em seus documentos (ICONE, 2006) que as exportações brasileiras de commodities e de produtos manufaturados cresceram em média 6,8% ao ano desde 1996, e mais que o dobro dessa taxa no último quinquênio (2000-2005) analisado. As vendas de commodities para outros países registrou um aumento de 8,5% ao ano, enquanto os produtos transformados, 5,6%. Assim a ideia de desindustrialização do Brasil é questionada com base nos resultados da balança comercial dos produtos não-commoditizados a partir de 2002, recuperação do emprego no setor secundário a partir do segundo semestre de 2004. A publicação revela ainda que em determinados setores de alta tecnologia, como aviões, equipamentos de telecomunicações e veículos automotores, o país apresentou grande dinamismo nas exportações.

O estudo é contrário à ideia de que o grande aumento nas exportações de commodities se deve exclusivamente a alta dos preços internacionais, pois, como constatado, os preços não subiram tanto quanto a expectativa inicial dos especialistas, reduzindo sua influência como variável para a produção de produtos naturais. Este aumento significativo no volume comercializado se deve muito mais ao aumento da demanda internacional e aumento da participação do Brasil em alguns mercados específicos como soja, algodão e carne. No entanto, é aceita como

verdadeira a relação existente entre os elevados preços praticados mundialmente e sua influência no aumento no valor total de commodities exportada.

Todo o processo abrangendo a produção, venda e transporte de commodities é visto como uma atividade industrial, uma vez que este ciclo envolve uma série de indústrias que participam ativamente na cadeia produtiva. Destaca-se, nesse sentido, o agronegócio, com desenvolvimento e produção de insumos e máquinas para o cultivo e processamento dos produtos. Existe ainda uma grande rede de serviços situada no entorno das atividades que compõem esse setor. Por fim, entende-se que a competitividade futura da indústria brasileira está intimamente ligada ao estímulo da importação de bens de capital e outros insumos intermediários, abandonando assim, a processo de substituição de importações, e utilizando-se do exemplo bem sucedido dos países do Leste da Ásia. Os superávits comerciais e nas contas correntes, são creditados ao aumento das exportações de commodities, os quais se tornam condição essencial para aumentar a importação de bens de capital que contribuem para a eficiência do setor industrial brasileiro, tornando-o mais competitivo no cenário mundial.

Não existe um consenso sobre qual critério deve ser utilizado para analisar a existência ou não do fenômeno da desindustrialização no Brasil. Os diversos trabalhos se apegam a certos critérios da indústria para defenderem sua crença teórica, tornando difícil a unificação das diversas teorias em uma única. Uma das falhas dos argumentos defendidos anteriormente é a não diferenciação entre a indústria extrativista e a indústria de transformação, esta última importante agente para o desenvolvimento econômico. Assim, sem fazer esta distinção entre os dois tipos de indústrias existentes, faz-se uso do grande volume de exploração de commodities, através das indústrias extrativistas, para defender a estabilidade do setor como um todo. Desconsideram também o papel desempenhado pelo setor de serviços, que é o grande competidor da indústria em termos de participação do PIB e emprego. Além disso, em muitos casos, os períodos analisados remontam a um passado distante da história econômica brasileira, desviando o foco do período mais recente, considerado como essencial para a análise deste processo pelo grupo que acredita ocorrer o fenômeno da desindustrialização, como veremos a seguir.

5.2 AS DIFERENTES CAUSAS DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

Para Palma (2005) o Brasil e outros países da América Latina, entre eles Argentina e Chile, vem sofrendo da chamada “nova Doença Holandesa”. Este conceito difere da definição clássica daquele fenômeno dada pelo caso da Holanda, em 1970, e sua descoberta de reservas de gás natural, a qual levou a uma redução da participação da indústria no emprego e no valor adicionado, devido à valorização cambial. Essa perda de competitividade dos produtos manufaturados se refletiu em déficits comerciais constantes destes produtos e superávits comerciais de produtos naturais.

Segundo o novo conceito, a Doença Holandesa se origina da alteração do regime de substituição de importações para outro que conjuga liberalização comercial, principal vilão da desindustrialização segundo o autor, e a alteração das políticas econômicas. Estes fatores, em conjunto, conduziram o Brasil à sua vocação natural, a um papel de nação exportadora de produtos intensivos em recursos naturais, resultando numa especialização da economia, como previsto pelo modelo ricardiano de vantagens comparativas.

O processo de desindustrialização causado pela “doença holandesa” é também denominado de “desindustrialização precoce”, devido ao fato de que os países desenvolvidos se desindustrializam naturalmente a partir de um elevado nível de renda per capita. Este, todavia, não parece ser o caso dos países, sujeitos a um processo de desindustrialização sem terem elevado seu nível de renda, assim, eliminando a possibilidade de aproveitar o desenvolvimento econômico decorrente da industrialização da economia.

Bresser-Pereira e Marconi (2008), também compartilham da opinião de que a economia brasileira foi assolada pelo mal da “doença holandesa”, e se baseiam na ocorrência de dois fatores concomitantes para tal afirmação, a taxa de câmbio apreciada e o desequilíbrio na balança comercial. Estes dois sintomas foram consolidados a partir das medidas macroeconômicas adotadas pelo Brasil na década de 90, quando a abertura comercial favoreceu a importação de bens industrializados bem como a exportação de commodities para novos mercados. Assim, a união de uma taxa real de câmbio baixa aumento da demanda externa e o

aumento dos preços das commodities foram fundamentais para o grande aumento das exportações brasileiras no ano de 2007, o que resultou em um saldo favorável na balança comercial. O câmbio elevado acaba por expor os setores menos competitivos da indústria a uma competição acirrada, os desestimulando por consequência. Neste cenário a taxa de câmbio prepara o terreno para o surgimento da doença holandesa, mesmo que não haja a descoberta de novas fontes de recursos naturais, pois incentiva uma especialização da economia na produção de produtos primários, grandes demandantes de recursos naturais. Os altos juros reais praticados no Brasil atraem capital especulativo, causando uma apreciação do câmbio. Para que exista o desenvolvimento econômico no país, é necessário depreciar a taxa de câmbio. O câmbio elevado é fruto de um problema estrutural da economia devido à “maldição dos recursos naturais”, a qual poderia ser muito pior, caso a economia se estruturasse em torno da comercialização de uma única commodity, que é o caso da Venezuela, país exportador de petróleo.

Para o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI, 2005) quase todos os países da América Latina, incluindo o Brasil, sofreram um processo equivocado de abertura comercial, o que levou a um processo de “desindustrialização negativa” e uma desaceleração do crescimento. Isto não ocorreu com os países desenvolvidos, os quais foram expostos a abertura comercial quando suas economias já apresentavam um certo grau de maturidade e desenvolvimento, resultando num processo de “desindustrialização positiva”.

Segundo esta avaliação o processo de desindustrialização do Brasil tem seu início na década de 80, fruto do processo inflacionário e das tentativas de contê-lo. Já na década seguinte, o país sofre um forte processo de abertura comercial da economia, a qual pressionou para cima a taxa de juros reais. Soma-se a isto a vulnerabilidade da economia, a choques externos e uma forte valorização do Real, o que foi em parte solucionado em 1999 com um plano de desvalorização da moeda. Este período é concomitante com um curto espaço de tempo de aumento da participação da indústria, o que comprova a ligação do câmbio com o desempenho do setor secundário. Estas afirmações podem ser confirmadas no gráfico 6, onde a indústria de transformação reduz o seu valor adicionado ao PIB, desde a década de 80 com alguns breves períodos de melhora ao longo dos anos, estabilizando-se em um patamar muito abaixo do atingido nos anos 70.

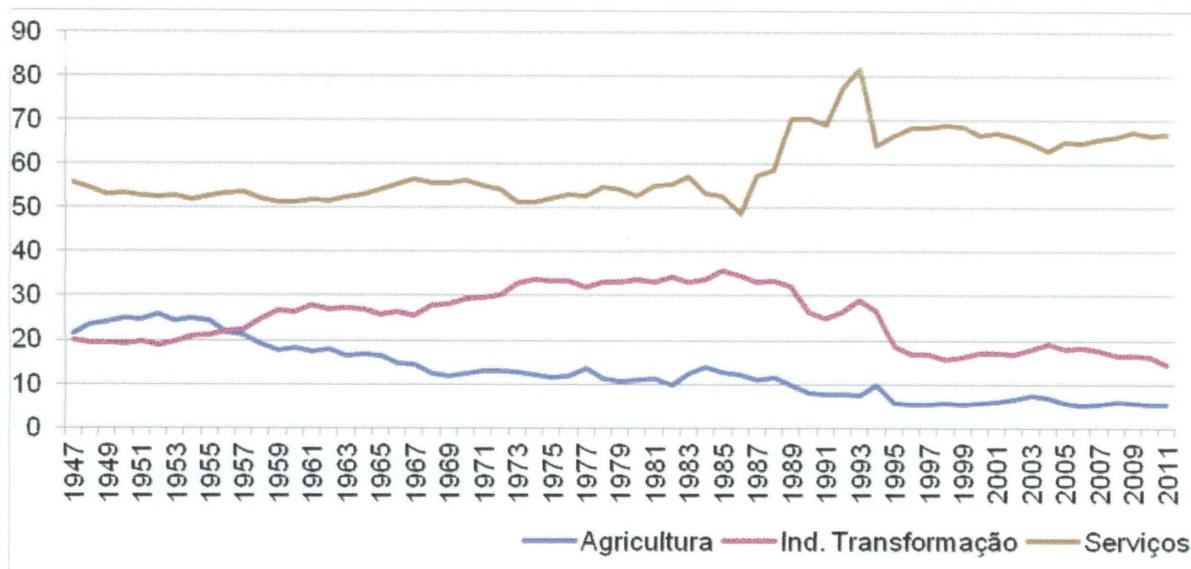


GRÁFICO 6 - VALOR ADICIONADO AO PIB POR SETOR A PREÇOS BÁSICOS – ANO 1947-2011 (EM %)
 FONTE: IBGE (2012)

Para o IEDI (2005), os dados empíricos do período analisado, demonstram uma redução significativa da participação da indústria no PIB, em torno de 12%. Isso por si só seria um forte indício do processo de desindustrialização da economia brasileira. Entretanto, verifica-se que mesmo com a menor importância do setor industrial, o mesmo manteve-se diversificado e com alguns setores de alta tecnologia, o que permite classificar o processo de desindustrialização no Brasil como “relativo”, pois o setor secundário preservou sua capacidade de exportação e ampliou sua produção, não se caracterizando por uma perda irremediável.

Outros fatores contribuíram para a retração da indústria brasileira, em especial o forte crescimento dos países asiáticos, sobretudo da China, a níveis muito superiores aos da economia brasileira. Além disso, destacam-se medidas de políticas macroeconômicas favorecendo e incentivando alguns setores estratégicos, sobretudo intensivos em recursos naturais.

Para Scatolin *et al.* (2007) o processo de desindustrialização da economia brasileira é um fato concreto, tendo em vista a especialização da indústria em setores menos dinâmicos. Assim, além da indústria como um todo estar perdendo gradativamente participação no PIB do país, dentro do segmento do PIB industrial, o setor de transformação também perde importância relativa. O autor nota ainda uma redução dos empregos nos setores de alta tecnologia, enquanto os postos de

trabalho nos setores de baixa produtividade aumentam. O mesmo ocorre com o setor de serviços, em que os setores de baixa e média intensidade tecnológica lideram o número de trabalhadores, em detrimento dos setores de alta capacidade tecnológica, que demandam um elevado nível de capacitação da força de trabalho. O problema para Scatolin et al. (2007) está no fato destes setores menos desenvolvidos e produtivos terem uma menor capacidade de gerar crescimento e desenvolvimento econômico, quando comparados com os setores de ponta.

Feijó e Carvalho (2007) utilizam outra forma para analisar os rumos do setor industrial brasileiro, através do valor agregado da produção industrial, medido pelo índice de valor de transformação industrial (VTI). Assim, quando se tem uma redução deste valor, a exemplo do caso brasileiro, isto significa que há um maior uso de insumos importados, ou seja, transferência de valor agregado para o exterior. Esta alteração pode, segundo os autores, ser interpretada como um sinal de desindustrialização. Ainda segundo os autores, observa-se no Brasil, cada vez mais, uma especialização da indústria na produção de commodities, ou produtos extrativos, enquanto setores de importância estratégica, do ponto de vista tecnológico, mantiveram, e em alguns casos reduziram, sua participação na economia quando comparados com o segmento de produtos primários.

A partir deste viés teórico fica evidente o aumento de importância do setor terciário para a economia brasileira, o que ocorre sem que tenha havido um desenvolvimento do setor secundário. A indústria de transformação, setor estratégico para o desenvolvimento, vem perdendo importância econômica no PIB do país desde o final da década de 80, de forma contínua. Isto embasa os argumentos de que o Brasil passou um processo de desindustrialização na década de 90, pelos mais diversos fatores citados acima. O país também apresenta no mesmo período uma redução, embora de maneira mais suave, dos postos de trabalhos nas indústrias de transformação, o que é mais um indício da incidência de tal fenômeno sobre a nossa economia. Nota-se um enfoque ao papel decisivo que é dado às indústrias de transformação, por seu caráter desenvolvimentista, e também ao setor de serviços, que ao se desenvolver torna-se um fator acelerador e mantenedor do processo de desindustrialização, retirando postos de trabalhos das fábricas e apresentando maior participação no PIB do país. Torna-se clara a existência do fenômeno no Brasil, o qual não está necessariamente ligado à incidência da doença holandesa sobre a economia, situação esta que será mais bem

analisada na próxima seção deste trabalho.

6 CONCLUSÃO

Um dos aspectos mais notados no debate sobre o tema discutido neste trabalho se refere à grande controvérsia e variedade teórico metodológica presentes na discussão sobre o fenômeno da desindustrialização. Os pesquisadores do tema têm fundamentado suas análises em períodos históricos, variáveis e indicadores diversos, e por vezes conflitantes, para sua caracterização. O grupo dos pesquisadores que confirmam a existência do processo de desindustrialização embasa sua avaliação em períodos mais longos, apontando a década de 80 como o marco inicial do processo. Já o grupo que nega a existência de tal fato na economia brasileira concentra seu foco na história econômica mais recente, sobretudo do início da década de 90 até os dias atuais. Os indicadores utilizados neste trabalho, participação no PIB e nível de emprego, apresentaram quedas significativas no período anterior aos anos 90, embora de forma menos acentuada nos anos seguintes, o que, embora dividindo opiniões, são suficientes para caracterizar um processo de desindustrialização no Brasil.

A partir da segunda metade da década de 80, a indústria de transformação iniciou uma trajetória descendente quase que constante ao longo dos anos, com raros e curtos momentos de crescimento. A participação do setor manufatureiro em 1980 era de aproximadamente 34% do PIB brasileiro, enquanto em 2011 esse índice é de apenas 14%. Em igual período de tempo o setor de serviços passou de um patamar de 53% para 67%, chegando a atingir a marca de 82% no ano de 1993. Esse setor apresenta números expressivos, típicos de países desenvolvidos que já se encontram na fase da desindustrialização natural, o que ainda não é o caso brasileiro.

Analisando o nível de emprego do setor secundário também é possível chegar às mesmas conclusões. Em 1985 as manufaturas eram responsáveis por 26% de todos os empregados registrados no Brasil. Vinte e cinco anos depois, este número passa a ser de apenas 17%. Apresentando quedas constantes a indústria é o contraste do número de trabalhadores empregados no setor de serviços, que no mesmo período de tempo ampliou seu índice de 65% para 71% do total de empregos. Portanto, podemos considerar esta redução do nível de emprego no setor

secundário como um ponto negativo e mais um indicador da existência do processo de desindustrialização.

Adicionalmente, o Brasil sofre com os males da doença holandesa, em virtude da elevação dos níveis de preços mundiais de commodities. Os recursos naturais abundantes não devem ser vistos necessariamente como uma maldição, mas podem ser benéficos para o país, desde que explorados adequadamente, o que não é o que ocorre hoje no Brasil. As receitas dos produtos primários não podem ser usadas para cobrir gastos correntes ou despesas do governo, mas sim, investidos para fomentar o setor industrial do país. A indústria deve ser fomentada e incentivada, oferecendo a infraestrutura necessária para que possa prosperar, pois os ganhos de competitividade do setor industrial estão associados ao desenvolvimento tecnológico, resultando em ganhos reais de produtividade. O desenvolvimento econômico está intimamente relacionado ao desenvolvimento industrial, sobretudo da indústria de transformação. O setor manufatureiro com alto teor tecnológico, bem como a infraestrutura que o envolve, detém o maior potencial para gerar externalidades positivas para os demais setores. Assim, este setor reúne as características necessárias para gerar encadeamentos produtivos e rendimentos de escala crescentes, fatores estes necessários para o desenvolvimento econômico e um subsequente aumento da renda per capita do país.

Além da Doença Holandesa, existem outros problemas estruturais no Brasil que favorecem a desindustrialização, entre eles a alta taxa de juros e de impostos e a falta de uma clara e eficiente política de incentivo ao desenvolvimento tecnológico. Estes fatores inibem o desenvolvimento e o ganho de competitividade do setor industrial, tornando a economia ainda mais sensível aos efeitos negativos do câmbio valorizado.

O debate sobre o tema da desindustrialização tende a se intensificar nos próximos anos, quando a crescente globalização e conseqüente queda das barreiras comerciais podem ser um fator de risco para a economia brasileira, pois isso abrirá novos mercados para as commodities brasileiras. Este fato serviria como um impulso adicional à exploração e comercialização das commodities, além de aumentar a oferta de bens industrializados internacionais no mercado interno, concorrendo com os manufaturados nacionais e prejudicando a indústria nacional.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BONELLI, R. et al. **Desindustrialização no Brasil**: um resumo da evidência. In: Textos para Discussão nº 7. Março de 2010.

BRESSER-PEREIRA, L.C. Doença Holandesa e sua neutralização: Uma abordagem ricardiana. In: **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 47-71, 2007.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Maldição dos recursos naturais**. Folha de S. Paulo, 6/06. 2005.

BRESSER-PEREIRA, L.C; Marconi, N. Existe doença holandesa no Brasil? IV Fórum de Economia de São Paulo. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2008.

CASTRO, A.B. A reestruturação industrial brasileira nos anos 90. Uma interpretação. In: **Revista de Economia Política**, n.21, v. 3.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Unesp, 2004.

CLARK, C. **The Conditions of Economic Progress**. London: Macmillan, 1957.

FIERGS - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **O Brasil está diante de um processo de desindustrialização?** Porto Alegre: Fiergs, 2006.

FEIJÓ, C., et al. **Desindustrialização e os dilemas do crescimento econômico recente**. São Paulo: IEDI, 2007.

IEDI. Ocorreu uma desindustrialização no Brasil. Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento. FIESP, IEDI, São Paulo: 2005.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Séries e estatísticas**. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>> Acesso em: 27/03/2012

ICONE - INSTITUTO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO E NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS. **A falácia da doença holandesa no Brasil**. São Paulo: Icone, 2006.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. **Data**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>> Acesso em: 05/04/2012

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Relação anual de informações sociais**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/rais/default.asp>> Acesso em: 05/04/2012

NASSIF, A. **Há evidências de desindustrialização no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 2006.

PALMA G. Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de doença holandesa. Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento, FIESP e IEDI, 2005.

ROWTHORN, R. et al. **De-industrialization and Foreign Trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

ROWTHORN, R. et al. **O futuro da indústria no Brasil e no mundo: os desafios do século XXI**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

SCATOLIN, F. D et al. Uma análise do impacto da composição ocupacional sobre o crescimento da economia Brasileira. In: XXXV ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, Recife, 2007.

SCHWARTSMAN, Alexandre. Folha de S. Paulo, 28/08. 2008

SCHEINKMAN, José Alexandre. Folha de S. Paulo, 12/02. 2006

TAVARES, M.C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TREGENNA, F. Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal of Economics**, v. 33., n 1, 2009.